

Ulysses quer a votação na terça-feira

O presidente Ulysses Guimarães pretende antecipar de quarta para terça-feira a votação da mudança do regimento da Constituinte e, ao longo do processo de aprovação das diferentes matérias constantes do projeto, quer a maioria absoluta em plenário, independentemente do regime de preferência, via 280 assinaturas.

Ulysses Guimarães que se despediu ontem mesmo dos jornalistas na sua qualidade de Presidente da República em exercício, informou que iria passar o fim de semana discutindo com as lideranças da Constituinte uma forma de entendimento capaz de permitir o encaminhamento do projeto constitucional.

"O bom-senso vai reinar", disse o Presidente da Constituinte, observando não ser possível prolongar as dificuldades de um entendimento em torno do regimento. Segundo ele, "o melhor caminho é o das concessões recíprocas". Disse que isto já houve em um projeto do deputado Roberto Cardoso Alves; ele inseriu disposições do projeto da Mesa.

Maioria

Indagado se abriria mão da maioria em plenário, o Presidente da Constituinte afirmou que de forma alguma poderia concordar com a supressão da maioria absoluta, e que, na votação de uma Constituição, até uma vírgula precisa obter maioria para ser retirada ou acrescentada.

Observou, contudo, que "as proposições que terão um tratamento especial devem reunir, pelo menos, a assinatura da maioria absoluta dos 280, mas elas não podem ter uma preferência automática". Defende ele que "a preferência deve ser subordinada à soberania do plenário, e isso pode ser um caminho para o entendimento.

Destacou, entretanto, que em suas observações, pôde constatar que "uma parte muito grande, 80 por cento ou mais, estão de acordo, mostrando que há necessidade desse rito especial, e que esse rito somente deve ser aplicado através de uns 11 a 15 pontos, no máximo".

O Presidente do PMDB, em exercício da Presidência da República, comentou também as declarações dos militares ontem por ocasião das solenidades do aniversário da Intentiona Comunista (veja noticiário na pág. 4), negando que eles tivessem feito referência ao sistema de governo ou mandato presidencial. Arrematou dizendo: "Quem quiser assumir o Poder que o faça pelo voto da sociedade, dos cidadãos".

Prisco desmente a acusação de Collor

Salvador — O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, negou que tenha determinado aos diretores da Caixa Econômica Federal o engavetamento de pleitos do Governo de Alagoas e que esteja promovendo pessoalmente discriminação em represália ao governador Fernando Collor, por este defender a redução do mandato do presidente José Sarney. As acusações foram levadas por Collor ao presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães.

As denúncias do governador de Alagoas, segundo Prisco Viana, não passam de pura retórica e Collor não tem nenhuma razão no que diz. "Hoje os políticos estão muito preocupados em fazer frases porque estão distanciados da realidade", rebateu o ministro da Habitação, acusando o governador de Alagoas de estar se especializando em produzir frases feitas, de efeito, para conquistar espaço nos noticiários dos jornais e da televisão.

Em relação ao processo do Estado de Alagoas que estava no Conselho Monetário Nacional e "foi retirado pelo ministro do MHU", segundo citou Fernando Collor em entrevista depois da audiência com Ulysses Guimarães, Prisco Viana explicou que o processo a que o governador se referiu "estava mal formulado e nessas condições não poderia ser aprovado". Acrescentou que ainda na quinta-feira assinou um contrato em seu ministério com o Governo de Alagoas.

O ministro Prisco Viana aproveitou para se reunir com 12 deputados baianos e, no encontro, um dos temas predominantes teria sido a provável candidatura de Prisco Viana a sucessão de Waldir Pires em caso de realização de eleições gerais em 88.

Waldir protesta e não vai à Sudene

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, explicou ontem que sua ausência na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada ontem em Recife, não significa "um ato de hostilidade pessoal" ao novo superintendente do órgão, Paulo Genantim Souto, mas "um protesto contra a forma como foi feita a indicação para o preenchimento do cargo".

"A Bahia, em protesto, não teve representação política na reunião, mas terá representação administrativa" — ressaltou Waldir, informando que o secretário do Planejamento do Estado, Jairo Simões, esteve presente a reunião.

Waldir não revelou se participará das próximas reuniões, mas esclareceu que não pretende contribuir para o enfraquecimento político da Sudene. "Afinal, lutei muito para que o conselho deliberativo da Sudene se transformasse no grande fórum de debates do Nordeste", disse ele.



Dom Luciano (E) critica uso das terras indígenas por mineradoras e Dom Celso repudia os conchavos

CNBB vê perigo de um golpe nas instituições

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) advertiu ontem a nação para o perigo de um retrocesso no processo de transição política iniciado com a Nova República, devido ao impasse criado pela tentativa de mudança do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte pelo "Centrão", passados nove meses do início dos trabalhos. Segundo a CNBB, o País vive hoje um vazio de poder com o desgaste da autoridade do presidente da República. Alerta, inclusive, que este impasse na Constituinte estimula a ação de populistas e oportunistas, além do constante receio de um golpe de estado em decorrência da fragilidade do governo Sarney.

Em mensagem conclusiva do Conselho Permanente da CNBB, que esteve reunido em Brasília, entre 24 e 27 deste mês, intitulada "A Serviço da Verdade, da Justiça e da Vida", a Igreja apela aos católicos a que não participem da União Democrática Ruralista (UDR), que segundo a nota, "pratica atos em oposição aos ensinamentos sociais da Igreja".

Denuncia também o descaso do Governo Federal diante da seca no Nordeste, cuja solução, para a CNBB, "não é simplesmente climática, mas uma decisão política".

Impasse

O secretário-geral da CNBB, dom Antônio Celso Queiroz, advertiu também que o impasse na Constituinte pode levar o País ao retrocesso absoluto. Os constituintes, segundo o bispo, devem explicar se esta interrupção "é para um novo impulso dos trabalhos ou para cair no buraco". Ele repudiou ainda os conchavos e acordos "que só visam a beneficiar aos interesses particulares ou de grupos, e ressaltou que "acima de qualquer motivo deve estar a vontade popular".

Em carta encaminhada ontem ao presidente da República, em exercício, deputado Ulysses Guimarães, e ao presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides, a CNBB apela para um clima de entendimento e do diálogo, para que sejam garantidas a "democracia e as conquistas sociais, econômicas e trabalhistas obtidas pelo debate consti-

tucional". Subscreveram o documento, três cardeais, sete arcebispos e 16 bispos membros do Conselho Permanente, além de vários organismos nacionais, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Mineração

A CNBB rebateu, em nota à imprensa, as críticas contra o Cimi e reafirmou o compromisso de apoiar e defender a vida dos povos indígenas. Para dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, a manutenção no texto constitucional do dispositivo que autoriza a exploração de minérios em reservas indígenas significa "dizimar a população indígena brasileira". Ele revelou que o próprio Serviço Nacional de Informações (SNI) reconheceu que por detrás da campanha contra os missionários do Cimi está o interesse de mineradoras nacionais e internacionais. Na mensagem, a Igreja condena também a violência revolucionária, que para ela, "é um caminho para uma insensatez absolutamente inútil e perigosa".

Covas veta lançamento antecipado de seu nome

O senador Mário Covas rejeitou ontem o lançamento antecipado de sua candidatura à Presidência da República, em reunião com cerca de 60 deputados do PMDB e de partidos de esquerda, como o PDT e o PCB, numa residência no Lago Sul, à qual o líder foi convidado sem saber os temas que seriam tratados.

Além de rejeitar sua candidatura, lançada principalmente pelos integrantes do grupo Unidade Progressista do PMDB, o líder do partido na Constituinte combateu também a precipitação do processo sucessório, com o lançamento de quaisquer candidaturas, tese que acabou sendo igualmente aceita pelo grupo. O encontro foi promovido pelas deputadas

Rose de Freitas (PMDB-ES) e Ana Maria Rates (PMDB-RJ) e prolongou-se por várias horas.

Mário Covas defendeu a tese de que a questão mais importante da política brasileira no momento é a Constituinte, cujo trabalho deve ser prestigiado e valorizado, sendo inoportuna a precipitação do processo sucessório antes da promulgação da futura Constituição. "Temos que envidar todos os esforços para valorizar os trabalhos constituintes, inclusive porque existe campanha de certos setores contra ela", frisou Covas, acabando por receber o apoio de todos os presentes. "Quanto à minha candidatura, prefiro que ela continue a inexistir", acrescentou o senador paulista.



Tentativa de acordo reuniu ontem José Lourenço (E) e Mário Covas

Conversa satisfaz Lourenço

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, classificou ontem como "animadora" a conversa mantida com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, com o objetivo de tentar um entendimento em torno do projeto do grupo "Centrão" para mudança do Regimento Interno. Lourenço acrescentou, porém, que em termos de pontos específicos não houve nenhum avanço até agora, "mesmo porque na conversa não se desceu a detalhes". Segundo Lourenço tanto ele como Covas ficaram de examinar detidamente a matéria no final de semana, para buscar os pontos que propiciem um acordo.

O senador Mário Covas, na segunda-feira, tem encontros marcados com o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, com o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e com o líder do PDS, deputado Amaral Netto, todos eles integrantes do "Centrão". Covas acha que, tecnicamente, o substitutivo apresentado pelo grupo "é inaplicável".

No caso de não haver entendimento, disse Covas, pode ser aprovado um substitutivo que criaria dificuldades sérias, citando como exemplo o artigo que estabelece a apresentação de emendas até a hora da votação, o que levaria os parlamentares a terem que votar sem conhecer tais emendas. Da mesma forma — exemplificou — quando se começa a votação do 1º capítulo, surge a possibilidade de se apresentar um substitutivo integral, o que obrigaria o relator a dar um parecer imediatamente acerca de um texto que acabou de ser apresentado, e que abrangeria toda a proposta constitucional.

O líder José Lourenço disse que, da mesma forma que o senador Covas, pretende conversar com outras lideranças, e ainda hoje deve se encontrar com o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "O que queremos não é vitória do "Centrão", e sim a vitória da conciliação", disse o deputado.

Para Ibsen, grupos terão que negociar

Porto Alegre — Passada a euforia dos ganhadores e dos perdedores no plenário, ficou constatado que nenhum dos dois lados — tanto o "Centrão (conservadores) como a ala de esquerda da Constituinte — possui maioria dos votos, e isso é um sintoma positivo na opinião do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), porque desta forma a Constituição não corre o risco de ser faciosa e parcial. "Não seria bom, nem para nós, termos maioria dos votos como está, a Constituição exigirá negociações e discussões sobre seus pontos mais polêmicos, resultando num texto que expressa todas as tendências".

"Até a próxima quarta-feira os dois lados tentarão entendimentos em torno do regimento interno, sabendo de antemão que terão que reaglutinar forças afins e conscientes de que quanto menor a emenda maior a chance de fazer maioria e quanto mais ampla a emenda, menos a chance de conseguir maioria de votos", disse Ibsen Pinheiro que lembrou: "o ponto mais alto da unidade do "Centrão" foi conseguido na questão da reforma do regimento, e mesmo assim essa unidade atingiu metade de seu colégio eleitoral".

O líder afirmou também que: "Ninguém tem maioria de 280 votos, portanto, os acordos serão naturalmente tentados de todas as formas". Na questão regimental, Pinheiro antecipou que não será aceito, pelo grupo progressista, que as assinaturas determinem preferência e sim somente a votação em plenário determinará essa preferência.

Passarinho prevê maior moderação

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, previu ontem que o "Centrão" deverá se mostrar mais moderado em plenário. Para ele, haverá uma "filtragem" no grupo, com a saída de seus integrantes mais radicais, fortalecendo a condição de grupo político moderado.

Passarinho não assinou o documento do "Centrão" por considerar o substitutivo ao regimento interno "muito radicalizado, uma espécie de projeto-rolha", conforme expressou ao seu autor, o deputado Roberto Cardoso Alves. O senador do PDS rejeitou a apresentação de emenda por títulos, a exigência de parecer verbal e imediato do relator, as emendas no segundo turno ("que pressupõe um terceiro turno") e a preferência dada às emendas com 280 assinaturas.

Passarinho acredita que a "radicalização" do documento original partiu de uma tática que obriga a negociação.